



14ª Edição - 2024

8. Pensar a Gestão Social na Prática: o Observatório Territorial do Colegiado BIG/RJ

Thinking about Social Management in Practice: the Territorial Observatory of the BIG/RJ Collegiate

Pensar la Gestión Social en la Práctica: el Observatorio Territorial de la Colegiata BIG/RJ

Patrick Maurice Maury¹

Lamounier Erthal Villela²

Rafaela Rosa Chaves Cardoso³

Isabella Dias de Carvalho⁴

Nicholas Augusto Mendes da Rocha Lima⁵

¹Pós-doutor em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária na UFRRJ, Doutor de Socioeconomia da América Latina (Paris3), Mestre em Antropologia (Paris1). E-mail: patrick.maury@uol.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9864566437453305>

²Pós-doutor em Administração Pública - EBAPE/FGV. Doutor em Economia Aplicada pela Université Paris III. Professor do PPGCTIA, PPGDT e DeCE (UFRRJ). Coordenador do PPGCTIA/UFRRJ. Coordenador e Pesquisador do PEPEDT/UFRRJ. E-mail: lamounier@ufrj.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0265624345647321>. ORCID: 0000-0002-8506-4454.

³Administradora Pública, Mestra PPGDT/UFRRJ, Doutoranda PPGCTIA/UFRRJ. E-mail: rafaelaadmpublica@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0281526510688376>

⁴Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT/UFRRJ). Pesquisadora do PEPEDT/UFRRJ. E-mail: isabelladias08@yahoo.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4983970394466510>. ORCID: 0000-0002-8985-6272

⁵Doutorando em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária (PPGCTIA/UFRRJ). Pesquisador do PEPEDT/UFRRJ. E-mail: nicholasm98@ufrj.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5816453668898133>. ORCID: 0000-0002-4677-7312.

Resumo

Pensar a Gestão Social (GS) no Brasil, se situa na sequência da Constituição Cidadã (1988), no campo das políticas públicas e em oposição à gestão estratégica empresarial. Entretanto, a forte identificação das demandas sociais com a missão do Estado dificultou a configuração de uma perspectiva paritária da gestão social, pública e empresarial; como prevaleceu no pacto político pela Previdência social em países da Europa ocidental, num momento em que o movimento sindical representava os interesses sociais. Esta retrospectiva se situa historicamente na configuração do mercado do trabalho na Inglaterra (1870). Posteriormente, na América Latina, o sindicalismo é organizado pelo Estado. Ele se emancipa pelas suas relações com os movimentos sociais urbanos e rurais na formação de um paradigma da sustentabilidade capitaneado por organizações internacionais desde os anos 1970. A necessidade de uma abordagem relacional e territorial das análises se torna evidente neste período. A retrospectiva de práticas da GS a partir deste período se revelou pertinente no Brasil, comparando as lógicas do desenvolvimento regional (1959) e a formação política de territórios nos anos 2000. O primeiro ensaio sobre um possível paradigma da GS data de 2010, ele adota o Método Crítico num gradiente de relações entre categorias teóricas que têm como possíveis referências Interesse Bem Compreendido (IBC), Dialógica, Decisão Democrática e Emancipação. A questão que se coloca é como verificar a coerência e congruência do paradigma da GS. O objetivo é identificar o grau de influência da Extensão Universitária na configuração do Campo de Poder territorial. O referencial metodológico é a análise relacional do Campo do Poder em Bourdieu: “a análise pertinente não é do agente, mas do espaço social no qual é necessário situar ló e que lhe confere suas competências”. O espaço social é caracterizado utilizando a álgebra booleana para qualificar o grau de influência dos agentes nos seus respectivos campos e a hipótese da pertinência dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) como categorias analíticas das relações no campo do poder. Neste artigo, as práticas de Gestão Social analisadas são aquelas do colegiado territorial rural da Baía da Ilha Grande/RJ (Colegiado BIG). A análise da questão incorporou discussões em rede no período da Pandemia (Bate Papo com Colegiado), Oficinas que resultaram na adoção da meta de construção de um Pacto pela Sustentabilidade do Território da BIG, na modelagem de um projeto de pagamento por serviços ambientais (PSA) e na organização de um observatório territorial (OT-BIG). Os resultados da análise sugerem a coerência e congruência relacional entre as categorias teóricas da GS qualificadas nos seguintes observações: (i) a emancipação da influência universitária cresce na medida da participação direta e diferenciada dos discentes, docentes, administradores e acesso à infraestrutura tecnológica; (ii) as decisões democráticas que envolvem os interesses dos agentes territoriais em relação ao conjunto dos ODS permitem antecipar posicionamentos na construção de pacto pela sustentabilidade do território; (iii) a dialógica da cartografia participativa contribui para consolidar o processo de decisão coletiva democrática e (iv) a reconfiguração do IBC na perspectiva de escalabilidade da Economia Social e Solidária vai além das políticas públicas do trabalho, envolve as relações entre todas as categorias da GS.

Palavras-chave: Gestão Social; Extensão Universitária, Colegiado Territorial.

Abstract

Thinking about Social Management (GS) in Brazil is situated in the sequence of the Citizen Constitution (1988), in the field of public policies and in opposition to strategic business management. However, the strong identification of social demands with the mission of the State made it difficult to configure a parity perspective of social, public and business management; as prevailed in the political pact for social security in Western European countries, at a time when the trade union movement represented social interests. This retrospective is historically situated in the configuration of the labour market in England (1870). Subsequently, in Latin America, trade unionism is organized by the state. It is emancipated by its relations with urban and rural social movements in the formation of a paradigm of sustainability led by international organizations since the 1970s. The need for a relational and territorial approach to analysis becomes evident in this period. The retrospective of GS practices from this period onwards proved to be pertinent in Brazil, comparing the logics of regional development (1959) and the political formation of territories in the 2000s. The first essay on a possible paradigm of GS dates

from 2010, it adopts the Critical Method in a gradient of relations between theoretical categories that have as possible references Interest Well Understood (IBC), Dialogic, Democratic Decision and Emancipation. The question that arises is how to verify the coherence and congruence of the GS paradigm. The objective is to identify the degree of influence of University Extension in the configuration of the Field of Territorial Power. The methodological framework is the relational analysis of the Field of Power in Bourdieu: "the pertinent analysis is not of the agent, but of the social space in which it is necessary to situate it and which confers its competences on it". The social space is characterized using Boolean algebra to qualify the degree of influence of agents in their respective fields and the hypothesis of the relevance of the 17 Sustainable Development Goals (SDGs) as analytical categories of relations in the field of power. In this article, the Social Management practices analyzed are those of the rural territorial collegiate of Baía da Ilha Grande/RJ (Collegiate BIG). The analysis of the issue incorporated network discussions during the Pandemic (Chat with Collegiate), Workshops that resulted in the adoption of the goal of building a Pact for the Sustainability of the Territory of the BIG, in the modeling of a payment for environmental services (PES) project and in the organization of a territorial observatory (OT-BIG). The results of the analysis suggest the coherence and relational congruence between the theoretical categories of SG qualified in the following observations: (i) the emancipation from university influence grows to the extent of the direct and differentiated participation of students, teachers, administrators and access to technological infrastructure; (ii) democratic decisions that involve the interests of territorial agents in relation to the SDGs as a whole allow for anticipating positions in the construction of a pact for the sustainability of the territory; (iii) the dialogic of participatory cartography contributes to consolidate the democratic collective decision-making process and (iv) the reconfiguration of the IBC from the perspective of scalability of the Social and Solidarity Economy goes beyond public labor policies, it involves the relations between all categories of the GS.

Key words: Social management; University extension, Territorial collegiate.

Resumen

El pensamiento de la Gestión Social (SG) en Brasil se sitúa en la secuencia de la Constitución Ciudadana (1988), en el campo de las políticas públicas y en oposición a la gestión estratégica empresarial. Sin embargo, la fuerte identificación de las demandas sociales con la misión del Estado dificultó la configuración de una perspectiva paritaria de la gestión social, pública y empresarial; como prevaleció en el pacto político por la seguridad social en los países de Europa Occidental, en un momento en que el movimiento sindical representaba intereses sociales. Esta retrospectiva se sitúa históricamente en la configuración del mercado de trabajo en Inglaterra (1870). Posteriormente, en América Latina, el sindicalismo es organizado por el Estado. Se emancipa por sus relaciones con los movimientos sociales urbanos y rurales en la formación de un paradigma de sostenibilidad liderado por organismos internacionales desde la década de 1970. La necesidad de un enfoque relacional y territorial del análisis se hace evidente en este período. La retrospectiva de las prácticas de GS a partir de ese período resultó pertinente en Brasil, comparando las lógicas del desarrollo regional (1959) y la formación política de los territorios en la década de 2000. El primer ensayo sobre un posible paradigma de GS data del año 2010, adopta el Método Crítico en un gradiente de relaciones entre categorías teóricas que tienen como posibles referencias el Interés Bien Entendido (IBC), el Dialógico, la Decisión Democrática y la Emancipación. La pregunta que surge es cómo verificar la coherencia y congruencia del paradigma GS. El objetivo es identificar el grado de influencia de la Extensión Universitaria en la configuración del Campo de Poder Territorial. El marco metodológico es el análisis relacional del Campo de Poder en Bourdieu: "el análisis pertinente no es del agente, sino del espacio social en el que es necesario situarlo y que le confiere sus competencias". El espacio social se caracteriza utilizando el álgebra de Boole para cualificar el grado de influencia de los agentes en sus respectivos ámbitos y la hipótesis de la pertinencia de los 17 Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) como categorías analíticas de relaciones en el ámbito de poder. En este artículo, las prácticas de Gestión Social analizadas son las del colegiado territorial rural de Baía da Ilha Grande/RJ (Colegiado BIG). El análisis del tema incorporó discusiones en red durante la Pandemia (Charla con Colegiados), Talleres que resultaron en la adopción de la meta de construir un Pacto por la Sostenibilidad del Territorio del BIG, en la modelación de un

proyecto de pago por servicios ambientales (PSA) y en la organización de un observatorio territorial (OT-BIG). Los resultados del análisis sugieren la coherencia y congruencia relacional entre las categorías teóricas de SG calificadas en las siguientes observaciones: (i) la emancipación de la influencia universitaria crece en la medida de la participación directa y diferenciada de estudiantes, docentes, administradores y acceso a la infraestructura tecnológica; (ii) las decisiones democráticas que involucran los intereses de los agentes territoriales en relación con el conjunto de los ODS permiten anticipar posiciones en la construcción de un pacto por la sostenibilidad del territorio; (iii) la cartografía dialógica participativa contribuye a consolidar el proceso democrático de toma de decisiones colectivas y (iv) la reconfiguración del CIB desde la perspectiva de la escalabilidad de la Economía Social y Solidaria va más allá de las políticas públicas laborales, involucra las relaciones entre todas las categorías del SG.

Palabras clave: Gestión Social; Extensión Universitaria, Colegiata Territorial.

INTRODUÇÃO

O constructo da Gestão social, nas suas três décadas de ensino, pesquisa e extensão (Tenório, 2022) foi assumido, nas suas instancias de discussão, como um processo em permanente evolução. Na terceira edição de: “Gestão Social: Epistemologia de um Paradigma” Cançado, Tenório & Pereira, (2022) apresentam um esquema atualizado do constructo (figura 1).

Figura 1 - Proposta de uma aproximação teórica para a Gestão Social, baseada em Categorias Teóricas da Gestão Social e suas interações



Fonte: Cançado et al, 2022, p157.

A Gestão Social é a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último” (Cançado et al, 2022, p134).

O [Interesse Bem Compreendido] IBC parte da premissa que o bem-estar coletivo é pré-condição para o bem-estar individual, desta forma, ao defender os interesses coletivos, em última instância, o indivíduo está defendendo seus próprios interesses. Em outras palavras, utilizando a terminologia do autor, “a virtude é útil” (Tocqueville, 2005). (Cançado et al, 2022, p134).

O sistema axiomatizado, baseado nesta proposta para a Gestão Social, pode ser definido da seguinte forma:

► A Gestão Social, em um contexto de Solidariedade e Sustentabilidade, tem como ponto de partida o Interesse Bem Compreendido;

► A Gestão Social acontece em uma Esfera Pública redefinida pela Democracia Deliberativa, orientada pela Ação Racional Substantiva, que implica Dialogicidade e Intersubjetividade. Esse contexto torna possível a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade e transparência;

► A Gestão Social tem como fim a Emancipação, que, ao ocorrer, potencializa o Interesse Bem Compreendido, em um processo social contínuo.

No nosso entendimento, esse sistema é livre de contradições, pois as categorias teóricas são complementares e não contraditórias... (Cançado et al, 2022, p162).

Pode-se, ainda, acrescentar que a linguagem e diálogo (Intersubjetividade e Dialogicidade) são esses métodos por excelência. (Cançado et al, 2022, p167).

A Rede de Pesquisadores em Gestão Social – RGS, na qual se dá a discussão de maneira contínua, realiza um processo de sedimentação das ideias na oportunidade de Encontros Nacionais de Pesquisadores em Gestão Social – ENAPEGS, tendo sua decima segunda edição em 2023. Nessas oportunidades, parcerias internacionais de pesquisadores da Rede permitem relacionar os eixos da rede com as pautas universitárias de outros países.

A Gestão Social na Prática se tornou uma perspectiva organizacional da RGS no âmbito das parcerias em

construção com outros países latino-americanos protagonistas da criação da Rede Latino-Americana de Gestão Social – RELAGS. Foi no segundo Encontro virtual desta rede, em 2022 que foi assumido o projeto de construção de uma base de projetos de gestão social com objetivo de estabelecer referências para as Práticas de Gestão Social.

O Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PEPEDT/UFRRJ) se tornou referência do uso da Gestão social na extensão universitária pela sua relação com o Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande/RJ (Colegiado BIG). Isto, principalmente a partir de 2016 quando foi interrompido o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ao Colegiado (Maury, Ramos, Villela e Macedo, 2021).

Uma ruptura importante ocorreu no período da Pandemia do Covid 19: o crescimento exponencial do uso das redes sociais. A relação da extensão com as instâncias de participação social que integram o Colegiado teve continuidade nos “Bate-papos com Colegiado BIG” (PEPEDT/UFRRJ, 2021). Neste mesmo canal de comunicação foram realizadas, no final de 2020, as oficinas que resultaram na aprovação do objetivo de construção de

um Pacto pela Sustentabilidade do território da BIG, tendo como referência o sistema constituído pelas relações entre os 17 ODS.

O Observatório territorial do Colegiado BIG (OT-BIG) surge neste contexto como processo de construção do Pacto. Ocorrem então mudanças na relação entre Extensão universitária e participação social: continuam os cursos periódicos de formação de conselheiros de políticas públicas, iniciam projetos de pesquisa universitária que se elaboram num diálogo contínuo com as organizações sociais. Dialógica no apoio ao Colegiado e Decisão colegiada democrática remetem a Gestão social na prática (figura 1)

Os ODS servem de referência para a organização e interpretação sistêmica das práticas e ações locais, especialmente quando incluem agroecologia, grupos de mulheres e economia solidária, se configurem desta maneira um processo de emancipação: “Dezessete ODS para um Pacto Territorial” (Maury et al, 2022) e de discussão de cenários para o Projeto do Polo Tecnológico do Mar da Baía de Sepetiba (Cardoso e Maury, 2022).

A Gestão social nas práticas do OT-BIG encontrou na escolha das bacias e baías hidrográficas como unidade de gestão territorial uma convergência consolidada com a gestão

ambiental. A cartografia participativa dos territórios nesta escala constitui também um instrumento de comunicação amplamente acessível, chave para a pactuação de interesse e contrapartidas.

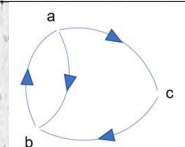
Este instrumento ganhou com a Lei de Pagamento por Serviços Ambientais (Brasil, 2021) uma perspectiva de vinculação à garantia de acesso a comuns territoriais como água, a conservação ambiental e a sustentabilidade de maneira geral. Está garantida, junto com a extensão das áreas elegíveis para estes serviços colocam os serviços ambientais como maior potencial para a economia social e solidária. Os cenários do OT-BIG mostram o diferencial da Gestão social sobre a economia empresarial, tanto em termos de investimento quanto de inovação tecnológica e de organização social.

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa participativa, que utiliza ferramentas quali-quantitativas no dimensionamento de influências e dependências entre agentes, campos e variáveis. Para a instrumentalização da abordagem relacional, utiliza-se a Prospectiva Estratégica para Empresas e Territórios (Godet & Durance, 2011). Estas propriedades foram demonstradas por Boole ([1853], 2009) na sua obra de

referência The Law of Thought. Nesta obra três capítulos estão relacionados com o Pensar a Gestão social: XVI - Teoria das probabilidades, XX - Problemas relacionados à conexão das Causas e Efeitos e. XXI - Aplicação da Probabilidade aos Julgamentos. A abordagem trabalha com a propriedade estatística das influências indiretas, resultando da multiplicação matricial apresentada no Encarte 1.

Encarte 1 – Propriedades da multiplicação matricial



	A	b	c
A	0	1	1
B	1	0	0
C	0	1	0

No gráfico acima as setas indicam: a influência direta de “a” sobre “b”, b” sobre “a”, “a” sobre “c” e, “c” sobre “b”. Registra-se essas influências na forma de uma matriz (planilha acima) a multiplicação da matriz revela as influências indiretas, como é o caso neste gráfico, de “c” sobre “a” por intermédio de “c” e “b”.

Fonte: Adaptado de GODET e DURANCE 2011.

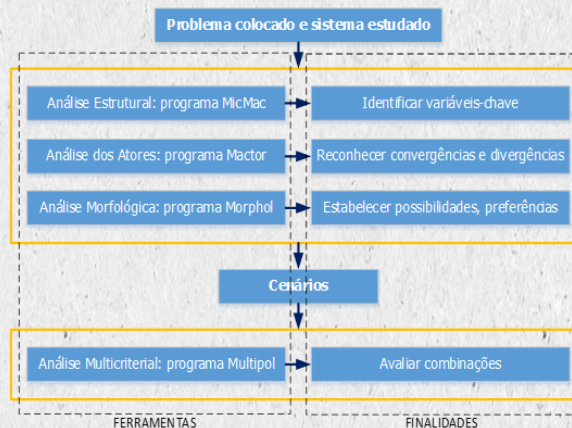
A relevância desta operação está na possibilidade de realizar, de maneira simples e transparente, a migração do pensamento linear para o relacional. Todos os aplicativos e inferências feitas no artigo utilizam a mesma operação para identificar funções, estabelecer variáveis-chave (influências e dependências), relações entre os atores (percepção dos riscos) e configuração de cenários (probabilidades e expectativas).

A apresentação gráfica dos resultados é obtida com ferramentas e

aplicativos da Prospectiva Estratégica Territorial (Godet & Durance, 2011). A figura 2 mostra as especificidades de cada aplicativo e suas respectivas utilidades, estando eles igualmente fundamentados na obra de Boole. O devir do sistema estudado é representado na forma de setas de deslocamento das variáveis em termos de grau de influência e dependência.

O alto grau de confiabilidade estatística é alcançado com amostras muito menores que nas análises lineares devido à grande diversidade de parâmetros contemplados na análise relacional. Esta propriedade permite qualificar sistemas relacionais complexos como o campo de poder, conceituado por Bourdieu (2014) como o espaço social formado pelos ocupantes das posições de topos de poder em cada campo que forma um dado universo social. O que está em jogo no campo de poder é a influência sobre os campos que compõem o Estado, pois os agentes que triunfam na concorrência para agir sobre o Estado, triunfam simultaneamente sobre todos os outros campos. Isso significa que importa para a sociedade civil compreender essas lutas.

Figura 2 - Caixa de ferramentas da Prospectiva



Fonte: elaborado com base em Godet e Durance (2011)

Comparar e relacionar são o próprio pensar: Durante as últimas décadas, um número crescente de cientistas sociais escolheu os estudos de casos como estratégia de pesquisa. Ragin, (2009). Este autor sustenta sua afirmação em duas referências no estudo das probabilidades: “Pensar sem fazer comparações é impensável”. (Swanson, 1971) e, “para alguma coisa, qualquer esforço de descrição, tipologia, ou classificação envolve comparações”, (Bailey, 1850-1937). Entretanto, interpretar e escolher requer critérios de análise subjetivos. É neste ponto que as ciências sociais têm uma contribuição quando estabelecem a diferença em variável e relação. Notadamente para descrever o campo de poder ou a análise matricial, conceito central do pensar a sustentabilidade dos sistemas sociais, desde os primeiros estudos e conferências internacionais nos anos 1970.

RESULTADOS

Análise retrospectiva do Colegiado territorial e da Extensão universitária

No território da Baía da Ilha Grande – BIG, as políticas de desenvolvimento territorial rural sustentável e de participação social foram as principais diretrizes dos colegiados instituídos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário [MDA] (2000–2016). Eles receberam suporte de núcleos de extensão universitária [NEDET]. No caso do colegiado territorial rural da Baía da Ilha Grande [Colegiado BIG], houve continuidade do apoio pelo PEPEDT/UFRRJ. No cenário de transformações diuturnas, Maury, Villela e Cardoso (2023) descrevem como foi antecipado o “Devir da relação entre Extensão Universitária e Participação Social” no Colegiado BIG.

A matriz FOFA deste (Maury, Ramos, Villela e Macedo, 2021), a rede entre extensões e comunidades tradicionais (Maury, Villela, Ramos e Lima, 2020) e a perspectiva de um pacto pela sustentabilidade da BIG com referência numa organização matricial dos ODS (Maury, Villela, Ramos e Garcia, 2022) constituem uma retrospectiva das principais análises relacionais que podem ser resumidas e monitoradas com os gráficos produzidos nestes momentos. É interessante

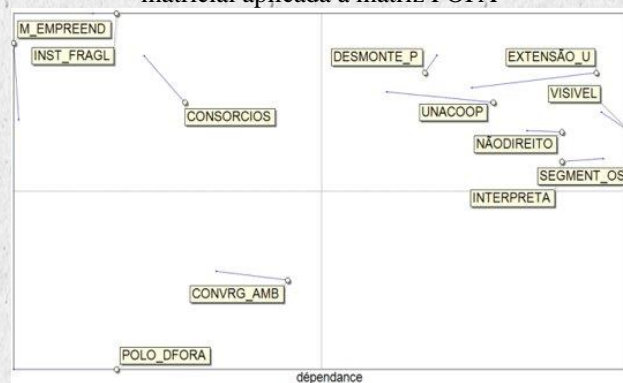
observar, quatro anos depois, a pertinência das tendências antecipadas e, o amadurecimento da matriz de campos e agentes (figuras 3, 4 e 5 a seguir).

Figura 3 – Matriz Campos Agentes da matriz FOFA

Campos	Agentes	Poder público	Universidades	Empresas	Organizações sociais
Organização política		UNACOOP		Mega Empreendimentos	Organização coletiva
Desenvolvimento Científico Tecnológico		Convergência ambiental	EXTENSÃO a partir do NEDET	Pouca transparência	Capacidade de interpretação
Desenvolvimento Territorial Sustentável		Desmonte das políticas territoriais	Marco institucional fraco	VISIBILIDADE	
Cidadania Deliberativa		Negação dos direitos	Organização intermunicipal		

Fonte: Maury et al, Revista Nau Social – v.12, n.23, p777 Mai 2021/Out. 2021

Figura 4 - Resultado gráfico da multiplicação matricial aplicada à matriz FOFA



Fonte: Maury et al, Revista Nau Social – v.12, n.23, p775 Mai 2021/Out. 2021

A decisão do Colegiado de construir um pacto pela sustentabilidade com referência nos ODS organizados de maneira relacional propicia uma base consistente e com um universo de referência extremamente amplo na medida em que milhares de municípios distribuídos na maioria dos países do planeta. Finalmente, é muito fácil para os agentes estabelecerem analogias entre os ODS um a um e suas linhas de ação.

Quadro 5. Matriz ODS e eixos/organizações do Pacto pela Sustentabilidade da BIG

Eixos / Organizações	Administração municipal	Articulação territorial	Extensão universitária	Organização social	Efetividade resultad
Segurança alimentar, agroecologia e território	ODS 2 – Fome zero	ODS 15 – Vida terrestre	ODS 13 – Ação contra a mudança do clima	ODS 12 – Consumo e produção responsável	ACESS recursos
Identidade, cultura e educação	ODS 11 – Cidades sustentáveis	ODS 1 – Erradicação da pobreza	ODS 4 – Educação de qualidade	ODS 5 – Igualdade de gênero	INCLUS produçã
Saneamento, resíduos, saúde	ODS 3 – Saúde e bem estar	ODS 6 – Água potável e saneamento	ODS 14 – Vida nas águas	ODS 7 – energia limpa e acessível	CUIDAD controla
Participação, organização, política	ODS 16 – Paz, Justiça e instituições eficazes	ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura	ODS 8 – Trabalho decente e crescimento	ODS 10 – Redução das desigualdades	PACTU, controle ODS 17 meios de
Monitoramento da Eficácia da alocação dos recursos					

Fonte: Carta do Pacto pela BIG, <https://www.facebook.com/pepedufrrj/>

Estas matrizes e os gráficos produzidos a partir da avaliação das influências diretas de cada variável sobre as demais e da avaliação da percepção dos riscos e oportunidades de cada categoria de agentes ou organizações sobre cada ODS, se tornam roteiros de narrativas coletivas nas quais os participantes do Colegiado são capazes de se situar e localizar seus riscos e oportunidades e construir sistema de gestão e monitoramento de projetos. (Lima, Maury, Carvalho e Villela, 2022).

O Observatório territorial do Colegiado, com o objetivo de se tornar o processo de construção do Pacto, começou a ser configurado com outra forma de representação gráfica: o mapa, produzido de maneira participativa numa escala objetivamente delimitada em bacias hidrográficas e, numa escala onde cada um dos participantes pode localizar sua residência e suas atividades.

O desenvolvimento do marco institucional dos colegiados no Brasil se

deu inicialmente na área da política de estado da saúde. A política do MDA, ainda que seja de caráter nacional, diferencia-se pela descentralização da gestão na escala de territórios. Ramos (2019, pp. 96-113) mostra a origem do processo na criação, em 2003, do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais [PDSTR] em continuidade a uma linha do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar [PRONAF] destinada a financiar infraestruturas e serviços municipais (1997-2002). A configuração territorial começa a ser efetivada no final deste período:

Com a criação da SDT e a autonomização da vertente infraestrutura do PRONAF, agora sob sua jurisdição, ocorreram dois movimentos. Por um lado, todos os investimentos a título de apoio a infraestrutura passaram a ser feitos em agregados de municípios. Junto disso, modificou-se também o marco para a participação social na gestão do programa. Em vez de conselhos municipais, passa-se a estimular e exigir a criação de colegiados territoriais (Favareto, 2010, p. 53, como citado em Ramos, 2019, p. 97).

O modelo colegiado adotado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial [SDT/MDA] estabelece assim uma relação de poder democrático deliberativo territorial. Macedo (2014), em dissertação de mestrado, analisa a atuação dos conselhos comunitários no

acompanhamento e na participação cidadã no plano diretor de desenvolvimento sustentável do município de Itaguaí e mostra as limitações da efetividade da participação por falta de capacitação dos conselheiros para suas atribuições pelas restritas oportunidades de protagonismo. No caso dos colegiados territoriais, o conceito de colegiado foi o mesmo adotado para os conselhos de saúde.

Colegiado significa um grupo de pessoas que se reúne em torno de um objetivo comum, a fim de discutirem e decidirem sobre as questões propostas, devendo perseguir o consenso nas deliberações. (Kronemberger, Medeiros & Dias, 2016, p.161).

Entretanto, apesar do caráter permanente do Colegiado ter ficado formalmente inalterado após a incorporação do MDA a outras instâncias do Governo Federal, as suas atribuições institucionais ficaram sem lastro. Tal pendência poderá ter solução com a criação do Ministério da Agricultura Familiar no âmbito do Governo Federal a partir de 2023. A questão central da nova institucionalidade dos colegiados territoriais rurais de desenvolvimento sustentável está na territorialidade, como mostrada por Favareto (2010), que, na prática, faz dos Colegiados territoriais instâncias de coordenação

das políticas públicas relacionadas com a agricultura familiar, descentralizadas nos municípios.

O território “na prática” aparece objetivamente dimensionado no quadro dos usos e ocupação das terras no Brasil, atualizado em 2018 (figura 6), resultado da análise dos dados do Cadastro Ambiental Rural [CAR], realizada pela Embrapa territorial¹

Figura 6 – Usos e ocupação das terras no Brasil

Categorias de usos e modos de ocupação das terras	Area (ha.)	% território
Áreas cadastradas para preservação da vegetação nativa	218.245.801	25,6
Unidades de Conservação integral	88.429.181	10,4
Terras indígenas	117.338.721	13,8
Vegetação nativa em terras devolutas e não cadastradas	139.722.327	16,5
Pastagens nativas	68.022.447	8,0
Pastagens plantadas	112.237.038	13,2
Lavouras	66.321.886	7,8
Florestas plantadas	10.203.367	1,2
Infraestruturas, cidades e outras áreas antropizadas	29.759.821	3,5
TOTAL	850.280.588	100

Fonte: Embrapa (2018)

Uma percepção mais apurada da distribuição dos territórios rurais em escala nacional aparece na análise dos dados do CAR² pela Embrapa em 2018 (Figura 6). A perspectiva de um Novo Rural (Graziano, 1997) que predominou no período do MDA torna-se inconsistente. A dupla perspectiva de “urbanização” do rural e de integração da agricultura familiar nas cadeias produtivas agrícolas, industriais e de serviços como o turismo, é em conflitos com as perspectivas territoriais.

¹Recuperado de <https://www.embrapa.br/car/sintese>

²Instituído pela Lei 12651/2012, conhecida como “Novo código florestal”.

Os dados mostram que as cidades e outras infraestruturas ocupam apenas 3,5% do território nacional. Mesmo somando florestas plantadas (1,2%), lavouras (7,8%) e pastagens plantadas (13,2%), a proporção alcança 33,5% do território nacional. Por outro lado, as unidades de conservação integral e as terras indígenas representam 24,2% e as áreas destinadas à preservação da vegetação nativa (cadastrada no CAR) 25,6%, ou seja, 48,2% – muito pouco aquém da metade do território nacional.

Mesmo no território da Baía da Ilha Grande, situada entre as duas maiores conurbações nacionais (Rio de Janeiro e São Paulo) e sendo sede de polo de megaempreendimentos industriais e logísticos, fica evidente a alta proporção de unidades de conservação existentes na área do CBH-BIG. O que se observa é uma nova perspectiva territorial na qual se diluem os conceitos de rural e de agrário em consequência da configuração de um campo de poder territorial e da contribuição da gestão social na efetividade da gestão colegiada com foco em sustentabilidade.

Evolução da configuração do Interesse Bem Compreendido

A participação social no Brasil adquiriu garantias institucionais na

Constituição cidadã de 1988³ (Wampler & Avritzer, 2004). Além dos mecanismos pontuais de consulta pública, ela se deu principalmente nos conselhos municipais de políticas públicas: saúde, educação e assistência social, entre outros, com ênfase na execução orçamentária. Nas políticas de cunho territorial, como a gestão das unidades de conservação e os impactos ambientais das bacias hidrográficas e das terras e territórios de comunidades tradicionais, a participação social ficou restrita aos aspectos normativos. Somente nas políticas de desenvolvimento agrário territorial, com a introdução dos colegiados territoriais rurais, as organizações sociais adquiriram maior protagonismo pela possibilidade de exercer uma influência direta nos projetos e nas formas de organização (Viana, 2017). Esses colegiados – com a participação de organizações sociais, extensionistas, agentes municipais e conselheiros de sistemas de gestão ambiental – adquiriram a configuração de mecanismo de governança territorial (Villela, Vidal, Freire & Araújo, 2014). A análise dessas quatro categorias de

³(Art.74º§2º) participar dos conselhos de gestão de saúde (Art.198º-III) assistência social (Art.204º-II) educação (Art.206º-VI) cooperar por meio de associações no planejamento municipal.

agentes (municipais, territoriais, universitários e sociais) e da influência destas nos processos configura uma matriz relacional de campo de poder aplicada para qualificar e projetar a efetividade e eficácia das relações matríciais assim configuradas.

Os gradientes (figura 7) relacionam-se, de maneira lógica, na sua origem: o conceito de “interesse bem compreendido” (Tocqueville, [livro 1, 1835, livro 2, 1840]) e na aplicação da dialética negativa (Adorno [1973], 2009) e (Nobre, 1998) no contexto de uma retrospectiva da teoria crítica (Honneth, 1999). O uso da dialética negativa no caso do conceito de IBC adquire na leitura dos artigos de Weber ([1904 e 1905], 2002): uma perspectiva dinâmica decorrente do contexto histórico. A formação da ética do capitalismo entre os séculos XVI e XIX resulta na construção de uma ética que se tornou a ontologia da “Democracia na América”. Portanto, é possível considerar que existe um devir do “interesse bem compreendido”, conceito historicamente situado em retrospectiva das ontologias das sociedades humanas, esquematizada em Descola (2005) discutida numa entrevista deste por Scarso (2016). Com essa abordagem Maury et al., (2022) colocam a hipótese de uma analogia entre o objeto da análise de Weber e a discussões da

Sustentabilidade na Nações unidas, organizadas nos ODS e no seu uso no OT-BIG como matriz de Gestão social.

Figura 7 - Conceitos e Práticas da Gestão Social territorial



Fonte: Elaboração própria

Esse constructo do observatório territorial do Colegiado BIG, constitui um processo dialógico entre observadores em campo de organização sociais e universitárias, subsidiário tanto da pauta das discussões do Colegiado, nas suas reuniões temáticas e plenárias, presencias e virtuais, quanto da produção de projetos e sistemas de gestão das organizações sociais e de pesquisas universitárias⁴ reunidas e registradas no Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial – LPDT/CNPq. Constitui-se assim práticas de coautorias que contribuem para promover a pesquisa participativa e o reconhecimento acadêmico dos

⁴ Trabalhos de Iniciação científica, Conclusão de Curso (graduação), qualificação de mestrado e doutorado, dissertações, teses e pós-doutorado.

saberes tradicionais e lutas sociais. Desta maneira, se consolidam os constructos da gestão social pela contribuição que trazem na inclusão da extensão universitária nos currículos da Graduação, que entra em prática em 2023.

Escalabilidade do constructo de Gestão social no OT-BIG

A escalabilidade dos sistemas de gestão social, tanto em termos de abrangência geográficas quanto de complexidade das atividades, está se dando inicialmente, a partir de 2023, pelo maior protagonismo social. Para este, contribuem os cursos de conselheiros de políticas públicas, a incubação de projetos sociais, a transparência dos fluxos de recursos e a cartografia participativa, entre outros. Duas pesquisas de mestrado e a discussão da inclusão curricular da extensão na graduação contribuem a qualificar o dever da atuação da extensão universitária nos mecanismos de participação social.

A primeira pesquisa de mestrado ao discutir os cenários do Projeto do Polo Tecnológico Mar da Baía de Sepetiba/RJ (Cardoso, 2022) (figura 9) aponta para a falta de transparência no acesso aos dados sobre investimentos tanto no setor público quanto no setor privado, prejudicando a quantificação

das variáveis e cálculo das probabilidades de ocorrência dos cenários.

Figura 9 - Esquema dos Cenários do Polo Tecnológico do Mar da Baía de Sepetiba – PTM-BS

Parâmetros Inovação Tecnológica	Alternativas							
	Cadeias produtivas				Sustentabilidade			
	↓		↓		↓		↓	
Investimento	Privado		Público		Privado		Público	
	↓		↓		↓		↓	
Organização Tecnológica	Vertical	Horizontal	Vertical	Horizontal	Vertical	Horizontal	Vertical	Horizontal
	↓	↓	↓	↓	↓	↓	↓	↓
Cenários	1	2	3	4	5	6	7	8

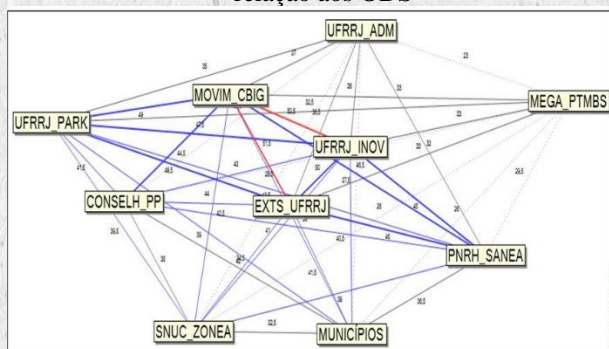
Fonte: Elaboração própria

Entretanto, a análise relacional entre as alternativas tecnológicas, modos de investimento e organização social permitiu concluir que as maiores probabilidades e convergência de interesse entre os agentes envolvidos: privados, públicos, universitários e sociais, se situava nos cenários 5 e 8 da figura 9. Num artigo posterior Cardoso e Maury (2022) analisam o jogo dos atores com base nas suas convergências e divergências de interesses na pauta dos ODS. Utilizando o aplicativo Mactor (figura 2) eles obtêm um gráfico (figura 10) que permite interpretar a probabilidade maior do cenário 8: (UFRRJ-PARK) observando as relações indiretas que ocorrem entre os agentes da administração da universidade (UFRRJ-ADM), dos laboratórios de pesquisa (UFRRJ-INOV) e dos programas de extensão (UFRRJ-EXT) com as organizações e os movimentos

sociais atuando no Colegiado BIG (MOVIM-CBIG).

No mesmo gráfico é possível observar relações diretas fortes com UFRRJ-PARK dos megaempreendimentos promotores do PTM-BS (MEGA-PTMBS) e das relações destes com outros agentes de forte influência, com destaque para a política nacional de recursos hídricos e saneamento básico (PNRH-SANEA). Finalmente, relações mais frágeis que influem indiretamente pela multiplicidade de suas relações: os municípios (MUNICÍPIOS) os conselhos de políticas públicas destes mesmos municípios (CONSELH-PP) e os conselhos gestores das unidades de conservação (SNUC-ZONEA).

Figura 10 – Resultados das Convergências e Divergências entre agentes do PTM-BS em relação aos ODS



Fonte: Cardoso e Maury (2022).

O desdobramento desta pesquisa iniciou em 2023, numa pesquisa de doutorado analisando a transparência nas políticas públicas e nas suas relações com os agentes dos megaempreendimentos no campo das

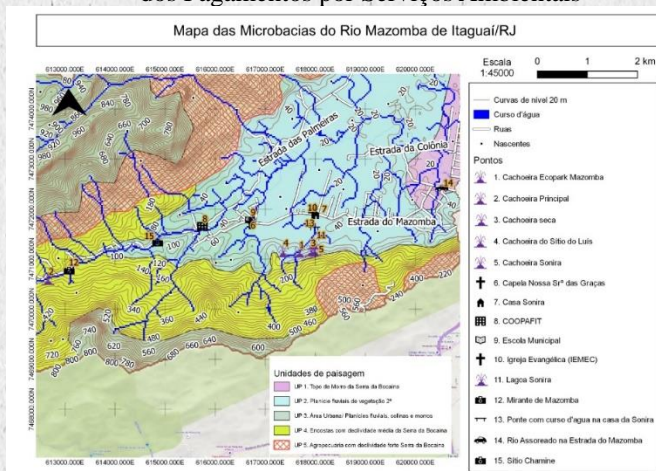
políticas de sustentabilidades colocando em relação a gestão dos recursos hídricos, das unidades de conservação e das políticas municipais. A escalabilidade, além daquela observada no objeto desta pesquisa está na sua relação no OT-BIG com outra pesquisa utilizando a cartografia participativa georreferenciada para implementar a gestão social de recursos hídricos com base em Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), (Brasil, 2021) e calcular a escalabilidade dos PSA utilizando parâmetros objetivos de conservação e revitalização dos recursos hídricos como Cobertura vegetal, Declividade do terreno, Erodibilidade da terra e Hidrografia, associados com os dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR). (Figura 11).

Convém observar nesta pesquisa: a escala da cartografia participativa na figura 11 (1,45 centímetro = 1 km), que permite a todos os participantes de localizar sua residência, os limites das propriedades já cadastradas no CAR, as nascentes a ser protegidas, onde e como agir coletivamente para controlar a erosão, principalmente a partir dos sistemas produtivos etc. e, a possibilidade de medir num único ponto (o lugar onde o rio estudado encontra outro rio) os resultados da gestão social em termos

de disponibilidade de água em quantidade e qualidade.

A hipótese dessa pesquisa é a possibilidade de fazer da disponibilidade de água o lastro de uma moeda social, fazendo evoluir o PSA de apoio a “produtores de água” a moeda social da gestão territorial da sustentabilidade. Tal perspectiva está fundamentada na objetividade científica da delimitação das bacias hidrográficas (Ottobacias), na efetividade da água como vetor de identidade social, na convergência nestas condições da gestão hídrica, social e ambiental e, na possibilidade de utilizar cartografia coletivamente produzida para negociar pactos de sustentabilidade em todas as escalas por adição ou subtração de ottobacias.

Figura 11 – Cartografia para Dimensionamento dos Pagamentos por Serviços Ambientais



Fonte: Carvalho 2023.

Esses dois campos de pesquisa caracterizam uma possibilidade de inserção dos estudantes de graduação e

da obrigações destes de realizar atividades de extensão como parte do seu currículo universitário (10% da carga horária), (Brasil, 2018), pela participação em grupos previamente capacitados em oficinas e na prática de observação das instâncias de participação social oriundas da Constituição Cidadã (1988), identificando a aplicabilidade do seu campo de formação universitária e a relação deste com seu percurso de estudante. Este constitui em sim um campo de aplicação da gestão social e uma razão de ser do OT-BIG em organizações sociais como o Colegiado BIG.

CONCLUSÕES

A extensão universitária do PEPEDT/UFRRJ na relação com os integrantes do Colegiado BIG está pautada na gestão social. Ela aponta para dois vetores de influência das políticas de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável desde o MDA (2000-2016). Primeiramente, quando se incluem a terra das Comunidades Tradicionais (CT), das Unidades de Conservação (UC) e das áreas do Cadastro Ambiental Rural (CAR) destinadas à preservação da vegetação nativa. Segundo Embrapa, (2018), figura 6, a soma destas áreas representa 49,8% do território nacional. Em

segundo lugar, quando a Extensão universitária integra a gestão colegiada territorial, tornando as prefeituras municipais, uma categoria de agente, ao lado dos conselhos gestores de UC, Comitês de Bacias e Baías hidrográficas (CBH), mecanismos empresariais de compensação e reparação de danos e, as Organizações Sociais (OS). Esses vetores indicam a formação de um campo de poder na escala territorial (Maury, Garcia, Cardoso e Villela, 2023).

Essa prática organizada no Observatório Territorial do Colegiado BIG (OT-BIG) levou à perspectiva de um pacto pela sustentabilidade do território da BIG. Neste contexto, observa-se uma analogia de constructo entre a gestão social nas práticas do OT-BIG (figura 8) e o paradigma da Gestão social (figura 1). O Interesse Bem Compreendido nestas duas figuras é relacionado com a sustentabilidade. No OT-BIG, constituído por observadores em campo – sociais e universitários, a construção do pacto tem como referência as relações matriciais entre os 17 ODS (figura 5). A escolha dos ODS com como grade de análise da Sustentabilidade, constitui uma matriz facilmente aplicada, por analogia, com as atividades dos integrantes do Colegiado BIG e, imediatamente

comparável com centenas de municípios que compartilham numa única base de dados seu respectivo monitoramento dos ODS.

A metodologia retrospectiva e relacional aproxima também os constructos do paradigma da Gestão social e da Gestão social no OT-BIG o que confere coerência e congruência aos dois constructos: A sustentabilidade da BIG pautada numa matriz dos ODS configura a probabilidade da sustentabilidade se tornar o marco ontológico do conceito de Interesse Bem Compreendido (IBC). Com a possibilidade de verificação pela teoria da Álgebra booleana (Boole, [1854], 2009). Essa verificação estabelece uma relação direta Dialética Negativa (Adorno, [1973],2009). Na sequência, não necessariamente na mesma ordem, fazem sentido os princípios da dialógica, da decisão participativa e da emancipação verificáveis em termos de IBC e de atualização dos termos do mesmo sem alterar o conceito em si.

Uma ruptura importante na perspectiva prática da Gestão social ocorreu no período que coincida com a autoavaliação do Colegiado BIG (2019) e a efetiva operacionalização do OT-BIG (2022) foi o crescimento exponencial do uso das redes sociais ocorrido no período da Pandemia do

COVID 19 (PEPEDT/UFRRJ, 2021). As mudanças mais radicais ocorrida na relação extensão universitária foram a continuidade do processo de comunicação e a inversão do momento de discussão dos projetos de pesquisa universitária com as organizações sociais que passaram de devolutiva de resultados para discussão preventiva das respectivas expectativas. Neste momento de troca de saberes se situa o início do ciclo de interpretação – construção - revisão do Pacto pela sustentabilidade do território

Outra mudança “universalizável” foi a adoção da bacia hidrográfica (ottobacias) Carvalho et al (2022) como unidade de projeto e gestão utilizável também na gestão ambiental e na organização comunitária, tendo a cartografia participativa como processo de representação suficientemente detalhado para cada um localizar sua casa e, escalável para ser ordenado em eixo de sustentabilidade. A hipótese do acesso a água em quantidade e qualidade, se tornar o lastro de um pacto territorial de economia social e solidária está posto.

No próximo ciclo de doutorados, mestrados, um incremento de dinâmica poderá vir da graduação onde, em 2023, a inclusão da extensão no currículo se torna efetiva. A influência da construção

da gestão social poderá se exercer de maneira sistêmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. *Dialética negativa*. Rio de Janeiro, Zahar, [1973], 2009.

BOOLE, George. ([1854], 2009) *An Investigation of The Laws of Thought*. Cambridge, UK: Cambridge University Press:

BOURDIEU, Pierre (2014). *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras.

BOURDIEU, Pierre (1996). *Razões práticas: sobre a Teoria da Ação*. São Paulo: Papirus.

BRASIL, Lei 14119/2021, Institui a Política Nacional de Pagamento por serviços Ambientais.

BRASIL, MEC, Conselho Nacional da Educação. Resolução nº 7 de 18/12/2018, Curricularização da extensão na graduação.

CANÇADO, Airton; TENÓRIO, Fernando & PEREIRA, José Roberto (2022) *Gestão social: epistemologia de um paradigma* Fernando. 3ª ed. rev. e ampl., Tocantins: MC&G Editorial: Universidade Federal do Tocantins.

CARDOSO, Rafaela e MAURY, Patrick (2022) *O Projeto do Polo Tecnológico do Mar da Baía de Sepetiba (PTM-BS), Possibilidades e Probabilidades de Participação do Colegiado BIG, XI GIGAPP*.

CARDOSO, Rafaela. *Proposta do Projeto Polo Tecnológico do Mar da Baía de Sepetiba: Projeções de Cenários Futuros através dos Parâmetros de Inovação Tecnológica, Organização Social no Território e Financiamento do PTM-BS (RJ)*. Dissertação do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT), Seropédica - RJ, 2022.

CARVALHO, Isabella; LIMA, Nicholas, CARDOSO Rafaela, MAURY, Patrick, VILLELA, Lamounier (2022). *Gestão Social na Bacia do Rio Mazomba, Análise do caso da atuação do Colegiado BIG, Banner, Xº Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas, Vassouras, Universidade de Vassouras*.

CBH-BIG. (2020). *Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica da Baía da Ilha Grande, Relatório Síntese do Diagnóstico*, Rio de Janeiro, RJ: INEA.

EMBRAPA Territorial (2020). *Agricultura e preservação ambiental: uma análise do cadastro*

ambiental rural. Campinas, SP. Recuperado de www.embrapa.br/car.

FAVARETO, Arilson (2010). As tentativas de adoção da abordagem territorial do desenvolvimento rural – lições para uma nova geração de políticas públicas. *Raizes*, 29, 52-62.

GODET, Michel e DURANCE, Philippe (2011) *Prospectiva Estratégica para as Empresas e os Territórios*, Dunod-UNESCO.

GRAZIANO da SILVA, José. (1997). O novo Rural Brasileiro. *Nova economia*, 7(1), 43-81.

HABERMAS, Jurgen. (2014). *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: UNESP

HONNETH, Axel (1999). Teoria Crítica. In: GIDDENS, A. & TURNER J. (Org.). *Teoria Social Hoje* (pp.503-552); São Paulo, SP: Editora UNESP.

KRAEMER, Carlos. (2018). *Gestão e controle social no programa nacional de alimentação escolar: casos no território rural da Baía de Ilha Grande - RJ* (Tese de Doutorado). UFRRJ, Seropédica, RJ.

KRONEMBERGER, Thais; MEDEIROS, Amanda & DIAS, Anderson (2016). Conselhos municipais: institucionalização e funcionamento. In TENÓRIO, Fernando & KRONEMBERGER, Thais (Org.), *Gestão Social e conselhos gestores* (v.3, pp.151-182). Rio de Janeiro, RJ: FGV.

LIMA, Nicholas; MAURY, Patrick; CARVALHO, Isabella & VILLELA, Lamounier. (2022). *Gestão social e Desenvolvimento territorial: a experiência da criação do Observatório Territorial da Baía da Ilha Grande-RJ*. In III Simpósio Latino-Americano de Desenvolvimento Regional SLAEDR.

LIMA, Nicholas, MAURY Patrick, CARVALHO, Isabella, & VILLELA, Lamounier (2022). *Gestão social e Desenvolvimento territorial: a experiência da criação do Observatório Territorial da Baía da Ilha Grande-RJ*. In III SLAEDR.

MAURY, Patrick; GARCIA, Leice; CARDOSO, Rafaela; VILLELA, Lamounier (2023). *Reparação Territorial pelos Caminhos da Democracia, os casos do observatório territorial do Colegiado BIG (OT-BIG) e do Observatório Social de Brumadinho/MG*. In *Democracia, Desenvolvimento e Percepção social*, capítulo, Belém/PA, GESDEL/UNAMA, aceito para publicação

MAURY, Patrick et al. (2022), *Dezessete ODS para um Pacto Territorial, Caso do Colegiado*

Territorial da Baía da Ilha Grande – Colegiado BIG, Rio de Janeiro, Brasil. Poster, ICSD.

MAURY, Patrick, RAMOS, Dina, VILLELA Lamounier, & MACEDO, Lucimar. (2021). *Gestão social por colegiado e Extensão universitária: Imaginar futuros para o território da Baía da Ilha Grande (RJ)*. In *Nau Social*, 12 (23), 768-785 <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/46426/25466>

MAURY, Patrick., VILLELA, Lamounier, RAMOS, Dina, & LIMA, Nicholas. (2020). *Redes entre Comunidades Tradicionais e Instituições de Extensão na Baía da Ilha Grande/RJ*. In *Povos originários e Comunidades tradicionais: Trabalhos de pesquisa e de extensão universitária* (Vol. 5, Cap. 4, pp. 65-85). Boa Vista, RR: Editora UFRR; Porto Alegre, RS: Editora Fi.

NOBRE, Marcos (1998), *A Dialética Negativa de Theodor W. Adorno, a Ontologia do Estado Falso*. São Paulo, FAPESP, Iluminuras.

PEIXOTO, Marcus (2008). *Extensão Rural no Brasil – Uma abordagem Histórica da Legislação*. Textos para Discussão 48. Brasília, DF: Consultoria Legislativa do Senado Federal.

PEPEDT/UFRRJ (2021) *Oficinas do Observatório Territorial do Colegiado BIG – OT-BIG, Relatoria do Bate-Papo com o Colegiado BIG* Recuperado de https://docs.google.com/document/d/1u6KkA5QgqpJd9xNPADgbhq129XRYpOXi/edit?usp=s_haring&ouid=108364469940498347667&rtpof=true&sd=true

RIHOUX, Benoît & RAGIN, Charles (Ed.) (2009), *Configurational Comparative Methods, Qualitative Comparative Analysis (QCA) and related techniques*. Los Angeles, Sage.

SINGER, Paulo (2009). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo.

TENÓRIO, Fernando (org.). (2022) *Gestão social, um programa de ensino, pesquisa e extensão na FGV EBAPE, 30 anos*, Rio de Janeiro, FGV Editora.

(2013) *Gestão social e gestão estratégica, experiências em desenvolvimento territorial*, Rio de Janeiro, Editora FGV.

TOCQUEVILLE, Alexis de ([livro 1: 1835, livro 2: 1840], 2005) *A Democracia na América*. São Paulo: Martins Fontes.

VIANA, Marcio (2017). *A Agricultura Familiar em Seropédica-RJ: Gestão Social, Participação e Articulação dos Atores do Polo de*

Conhecimento Local em Agropecuária (Tese de doutorado). UFRRJ, Seropédica, RJ.

VILLELA, Lamounier., VIDAL, M., FREIRE, N., & ARAÚJO, A. (2014). Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) e Gestão Social como Conceitos indissociáveis: o caso do município de Itaguaí-RJ in Administração Pública, Economia Solidária e Gestão Social: Limites, desafios e possibilidades (v. 1, pp. 108-134). Viçosa, MG: Editora da UFV.

WAMPLER, B. & AVRITZER, L. (2004). Públicos Participativos: sociedade civil e novas instituições no Brasil Democrático. In COELHO, V. S. P. & NOBRE M. (Org.), Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo, SP: Editora 34.

WEBER, Max. ([1904 e 1905], 2002). A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo, SP: Martin Claret.